

Universidade Federal Fluminense
TEXTOS PARA DISCUSSÃO
UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense
Faculdade de Economia
Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)
Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700
<http://www.uff.br/econ>
esc@vm.uff.br

**A industrialização brasileira nos
anos 1950: uma análise da
Instrução 113 da SUMOC**

Ana Claudia Caputo
Hildete Pereira de Melo
TD 232
Março/2008

© Ana Claudia Caputo é Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Este artigo está baseado na sua dissertação de Mestrado orientada pela professora Hildete Pereira de Melo. Pesquisadora do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Endereço eletrônico: claudiacaputo@yahoo.com.br. Hildete Pereira de Melo é Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Doutora em Economia. Endereço eletrônico: hildete@economia.uff.br.

Resumo

Esse artigo examina a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que permitiu a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial para o Brasil, na forma de investimento direto, a partir de 1955. Uma das interpretações da industrialização nacional consagra que em meados dos anos 1950 a economia brasileira internacionalizou-se e a hipótese deste trabalho é que a Instrução 113 da SUMOC foi um elemento significativo dessa questão. A metodologia utilizada para averiguar essa hipótese baseou-se na análise dos Boletins da SUMOC, nestes estão discriminadas as licenças concedidas pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil que liberavam a entrada deste investimento, nos anos de 1955 a 1963; a análise destas licenças foi feita através das seguintes variáveis: país de origem do capital, montante investido, setores econômicos e as principais empresas investidoras e as que receberam estes investimentos. Estas informações permitem um exame de quais países e empresas estrangeiras se beneficiaram dessa política e quais as nacionais e filiais estrangeiras receberam esse investimento, no quadro da internacionalização da economia brasileira. Constrói-se um quadro representativo do investimento direto estrangeiro em um momento em que ocorreu um avanço da industrialização brasileira.

Palavras-chave: Industrialização, Instrução 113, Investimento direto estrangeiro.

Abstract

This article examines Instruction 113 of the Currency and Credit Board (SUMOC), which allowed imports of machinery and equipment to Brazil without exchange cover, in the form of direct foreign investment, beginning in 1955. One of the interpretations of national industrialization establishes that the internationalization of the Brazilian economy occurred in the mid 1950s and the hypothesis of this work is that Instruction 113 was a significant element on this matter. The methodology used to verify this is based on SUMOC Bulletins in which are discriminated the licenses given by CACEX (the Foreign Trade Department of Bank of Brazil) authorizing the entry of this investment between 1955 and 1963; the analysis of these licenses was done through the following variables: the country of origin of the capital, the amount invested, the economic sectors and the main enterprises which received and invested it. This information allows an examination of which countries and foreign enterprises benefited from this policy and which Brazilian companies and foreign branches of multinationals received this investment, against a background of internationalization of the Brazilian economy. A picture is put together, designed to be representative of the direct foreign investment in Brazil, at a time when the country was further industrializing its economy.

Key words: Industrialization, Instruction 113, Direct Foreign Investment.

JEL N66

A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC

Ana Claudia Caputo
Hildete Pereira de Melo

1. Introdução

A década de 1950, especialmente a sua segunda metade, foi marcada pelo avanço do processo de industrialização brasileiro. Este desenvolvimento econômico do país foi fortemente influenciado pelo vigoroso investimento público através dos investimentos diretos do Estado ou de empresas estatais e, de maneira menos ostensiva, pelo capital internacional e privado nacional (Leopoldi, 1994, Draibe, 1985, Martins, 1976). A chegada dos capitais estrangeiros foi uma das formas de financiamento desse desenvolvimento e sua entrada no Brasil foi resultado da expansão mundial pela qual passavam os capitais norte-americanos, europeus e japoneses, além de políticas internas de atração destes capitais, vigentes então na economia brasileira.

O segundo governo Vargas propunha avançar na montagem de infra-estrutura para o desenvolvimento econômico, possibilitando a integração da indústria pesada de bens de capital e de insumos, aplicando os capitais públicos nos empreendimentos estratégicos, tais como petróleo, eletricidade e siderurgia. Neste segundo governo, Vargas tinha como objetivo promover uma integração vertical da industrialização e para isso tenta uma aliança com os Estados Unidos, através de empréstimos públicos e colaboração técnica.

Este projeto foi levado a cabo, como era a prática getulista, por dois caminhos: a Assessoria Econômica e o Ministério da Fazenda. A primeira com orientação nacionalista formulou os projetos de criação da Petrobrás e da Eletrobrás. Enquanto o Ministério da Fazenda, de orientação ortodoxa, criou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e a Comissão de Desenvolvimento Industrial. A primeira tinha sido negociada ainda no governo Dutra, mas só foi instalada com Vargas empossado e a segunda foi encarregada de planejar uma política abrangente de industrialização. Os projetos da Assessoria Econômica privilegiavam o papel do Estado, mas reconheciam a necessidade de incentivar a entrada de capitais estrangeiros, como forma de contornar a restrição externa.

Como a situação fora do país continuava tensa no início dos anos 1950, naquele ano de 1952 o déficit no balanço comercial foi de cerca de quatro por cento do PIB, como neste momento explodia o processo de substituição de importações, a política econômica de Vargas passou a sofrer fortes restrições externas. A crise nas contas externas, agravou-se em 1953 pela exacerbação da guerra fria e do conflito da Coréia. Esta crise provoca uma mudança ministerial e Osvaldo Aranha foi nomeado Ministro da Fazenda. Cômico deste problema declarou que a industrialização era “devoradora de divisas” e respondeu a este quadro de crise cambial com a Instrução 70 da SUMOC, em outubro de 1953. Esta criava as taxas múltiplas de câmbio e os leilões de câmbio para substituir o controle direto de importações, vigente desde a crise de 1947. A Instrução 70 propunha um tratamento diferenciado para importações e exportações e as primeiras eram classificadas em cinco categorias definidas de acordo com a essencialidade dos bens para o funcionamento do sistema produtivo. Esta política cambial fazia uma conciliação entre a proteção do setor industrial e o reforço das finanças do Estado para garantir o investimento na infra-estrutura. No entanto, o agravamento da situação externa, a escassez de energia elétrica no Sudeste e as greves operárias amplificam a crise política e culminam com o suicídio do Presidente Vargas em 1954. O trágico desfecho consolida o projeto desenvolvimentista e a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais de 1955.

A industrialização seguiu firme, fortemente apoiada na aliança entre o Estado e capital privado interno, mas era preciso atrair o capital estrangeiro. Este tinha uma participação ainda modesta na estrutura industrial nacional: entre 1947/52 havia ingressado no país como investimentos privados estrangeiros cerca de 82 milhões de dólares americanos (Villela & Baer, 1980, p.12); urgia atrair firmas estrangeiras para acelerar o processo. Neste momento, a dinâmica da competição das empresas oligopolistas nos países centrais, sobretudo na Europa, foi outro fator decisivo para atrair a inversão estrangeira em nosso país. O papel da competição entre empresas européias e norte-americanas por posições no mercado mundial foi, segundo Malan (1984, p. 83), importante para a expansão do investimento direto e financiamento no Brasil nesses anos. A criação da Comunidade Econômica Européia em 1957 gerou uma discriminação contra as exportações norte-americanas para a Europa, em favor dos países membros, fato que também afetou positivamente a atração do investimento estrangeiro para o Brasil.

Neste contexto de restrição externa e necessidade de divisas para dar continuidade ao processo de industrialização, em plena efervescência política daqueles anos, meses depois do suicídio do Vargas que havia repercutido como uma bomba nos meios nacionalistas, o Ministro da Fazenda do Governo Café Filho, Eugênio Gudin, promulgou em 17 de janeiro de 1955 a Instrução 113 da SUMOC, que autorizava a CACEX a emitir licenças de importação de equipamentos sem cobertura cambial.

A importação sem cobertura cambial era uma forma de evitar a restrição das divisas e o estrangulamento externo brasileiro. Este havia sido agravado com o declínio das receitas de exportação, devido ao problema do café (o aumento de preço gerou campanha nos Estados Unidos, principal consumidor do produto, contra o café brasileiro, afetando as contas externas no país), o que havia contribuído para ampliar a crise cambial de 1953/54.

Ao permitir a importação sem cobertura cambial de equipamentos, na forma de investimento direto estrangeiro, o Governo tinha como objetivo aumentar a importação de bens de capital sem criar problemas para o balanço de pagamentos, e, dessa forma, modernizar rapidamente a indústria nacional. Esta forma de atrair capital estrangeiro também facilitava o investimento no país, ao diminuir a burocracia para sua entrada e instituir uma remuneração atraente para o mesmo. Estes equipamentos e máquinas importados via Instrução 113 eram contabilizados no ativo das empresas importadoras como investimento, numa taxa de câmbio livre, enquanto que a remessa de lucros e amortizáveis que as empresas faziam era feita com base numa taxa de câmbio preferencial, portanto havia um diferencial cambial que favorecia este tipo de investimento (Lessa, 1964, p. 173). Seguramente isso contribuiu, segundo nossa análise, para a internacionalização da economia do país e para o aumento da participação do capital estrangeiro no processo de industrialização nacional. Provavelmente esta Instrução favoreceu a construção do tripé da economia brasileira no qual o capital produtivo estatal e o privado estrangeiro e nacional se associaram no processo de industrialização nacional.

No Governo Juscelino Kubitschek ampliou-se o uso da Instrução e de outras formas de incentivo ao capital estrangeiro a favor de seu Plano de Metas. Ainda, o panorama internacional de recuperação européia da guerra possibilitou a expansão dos investimentos diretos e acirramento da competição entre as indústrias européias e norte-americanas. Estes eventos fizeram da segunda metade da década de 1950 um momento ideal para a entrada deste tipo de investimento no país. É fato que a maior parte dos

investimentos do Plano foi de origem nacional, mas, como veremos, os investimentos sem cobertura cambial foram especialmente importantes para a nascente indústria automobilística brasileira.

Maria da Conceição Tavares (1981) realça dois fatos essenciais da economia brasileira entre 1956 e 1961. O primeiro foi o aumento da participação do Governo nos investimentos; o segundo, a entrada de capital estrangeiro privado e oficial para desenvolver determinados setores. Segundo a autora, a Instrução 113 teria incentivado o investimento direto basicamente para os setores da indústria mecânica. A chamada Escola de Campinas (UNICAMP) interpreta este período como uma nova etapa da internacionalização da economia brasileira, com a aliança entre o capital estatal, o nacional e o estrangeiro ao longo desse processo de industrialização.

O início dos anos 1960 foi marcado pela crise internacional (guerra fria exarcebada pelo caso cubano) e crise política e econômica interna; este será um momento de queda deste investimento, fato corroborado pelos dados estudados neste artigo, embora a mudança na política cambial feita pelo governo Jânio Quadros, através da Instrução 204, provavelmente tenha sido a principal responsável por esta queda. Com este fio condutor, este artigo analisa o papel da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) no processo de internacionalização da economia brasileira; entendendo que este instrumento legal refletiu esse momento da economia mundial e acabou ampliando o papel do capital estrangeiro na economia industrial brasileira. Este artigo não tem a pretensão de discutir a controvérsia em torno dessa instrução, seja a posição nacionalista de repúdio a este instrumento ou a crítica dos empresários nacionais a ela, esta discussão está mais detalhada no livro de Maria Antonieta P. Leopoldi (2000).

Nosso objetivo é analisar secamente este instrumento cambial, para preencher uma lacuna na historiografia brasileira relativa a um olhar por dentro dessa política e dos seus efeitos na economia brasileira daqueles anos. Analisa-se o montante de capital investido pelos países de origem, a distribuição destes investimentos nos setores econômicos e as empresas envolvidas no processo. Os dados aqui avaliados resultam do levantamento feito das licenças autorizadas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) para investimentos estrangeiros que ingressaram no país, sem cobertura cambial, no período entre 1955 e 1963, através da Instrução 113 e do Decreto 42.820, de 1957 (que prolongou sua vigência). Essas licenças foram publicadas

nos Boletins Mensais da SUMOC. Usou-se para classificar as empresas por setor da economia a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), do IBGE.

2. O Investimento Direto Estrangeiro através da Instrução 113

A Instrução 113 da SUMOC é considerada como o mais importante marco institucional que orientou a economia brasileira para a sua internacionalização, acenando para o capital estrangeiro um ambiente amigável e favorável à sua entrada no país. Segundo Saretta (2001, p. 116) “a historiografia econômica brasileira é unânime em reconhecer o favorecimento que a Instrução 113 significou para o capital estrangeiro”. Seu papel na industrialização brasileira, especialmente na instalação da indústria de veículos do país, pode ser indiretamente reconhecido pelo fato de que as mais altas taxas de crescimento do setor industrial ocorreram onde o capital estrangeiro era dominante no período 1955/64 (Villela & Baer, 1980, p.20).

Entre 1955 e 1963, o valor dos investimentos diretos estrangeiros totalizou US\$ 497,7 milhões. A maior concentração desses investimentos ocorreu entre 1957 e 1960, com 73,0% do total do período (US\$ 363,1 milhões), explicado essencialmente pelo investimento direto no setor automobilístico, no contexto da implantação desta indústria no Brasil, uma das metas do plano governamental. No início dos anos 1960, ocorreu uma queda bastante acentuada desses investimentos, que passaram de US\$ 107,2 milhões em 1960 para US\$ 39,2 milhões em 1961, US\$ 20,1 milhões em 1962 e US\$ 4,5 milhões em 1963, este último representando menos de 1% do valor total investido no período.

De acordo com Relatórios da SUMOC do período, a queda do investimento a partir de 1960 deveu-se, principalmente, ao ambiente político instável que o país vivia, primeiro com a eleição de Jânio Quadros para a presidência e, após sua renúncia, a chegada de João Goulart ao poder. Embora não explorando completamente o argumento pensamos que a Instrução 204 promulgada em março de 1961, no Governo Jânio Quadros, pela Sumoc, que unificou e liberalizou o mercado cambial seja uma das possíveis explicações para a diminuição das entradas de capitais estrangeiros via Instrução 113. Essa conta fica sempre com o Governo Goulart, pela instabilidade política exarcebada emanada do contexto da guerra fria e da luta social e política acirrada pelo debate ideológico sobre o papel do capital estrangeiro. Este debate foi avidamente travado na disputa política pela regulamentação da Lei de Remessa de

Lucros, finalmente aprovada em 1962, que provavelmente contribuiu para a queda dos investimentos estrangeiros no país.

Não devemos esquecer que no cenário macro também houve uma queda dos investimentos na economia nacional. Este fato foi destacado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (1974, p. 12), que identifica os anos de 1962 e 1963 como de queda do ritmo de expansão do sistema econômico e uma desaceleração do desenvolvimento industrial brasileiro decorrente da própria dinâmica do processo de substituição de importações que atingia etapas mais avançadas. Assim, esta pata do tripé industrial da economia brasileira constituiu-se nesses anos sob a proteção e favorecimento desta Instrução. Nos itens abaixo será feita uma análise da origem desses capitais, dos setores econômicos e das empresas aqui instaladas.

3. De onde veio e onde foram aplicados esses investimentos?

No início da década de 1950, os investimentos exteriores norte-americanos estavam voltados para a reconstrução européia do pós-guerra e para áreas consideradas estratégicas no cenário geopolítico daquele país, a saber, o continente asiático. A América Latina estava solidamente liderada pelos norte-americanos e somente na segunda metade desses anos, com a Europa já praticamente reconstruída, foi que os EUA iniciaram movimentos mais fortes de investimentos nessa região (Pinho Neto, 1996, p. 11). A placidez latino-americana era só aparente, em 1954 houve uma ruptura democrática na Guatemala, patrocinada pelos norte-americanos e logo a política do continente foi mais convulsionada pelo furação cubano.

A leitura dos Boletins da Sumoc mostram que, apesar dessa constatação, o continente que mais investiu no Brasil através da Instrução 113 e do Decreto 42.820, entre 1955 e 1963, foi a América do Norte, com 46,5% do total, seguido de perto pela Europa Ocidental, com um investimento de 43,51% do total. Juntos representaram 90,0% do investimento total, o que não é nenhuma grande novidade já que essas regiões representavam o coração pulsante do desenvolvimento capitalista mundial. A Ásia, América Central, América do Sul e África tiveram uma pequena participação nestes investimentos diretos, contribuindo com, respectivamente, 3,26%, 2,23%, 0,75% e 0,14% do total. Na realidade estes investimentos são ficções, pois na realidade devem ser originados nas empresas norte-americanas e européias e aparecem aqui apenas como paraísos fiscais.

É obvio que os Estados Unidos foi o país que mais investiu. Com um total de US\$ 216,5 milhões, investiu um equivalente a 43,50% do montante desses anos. A Alemanha veio em seguida com US\$ 93,0 milhões, 18,69% do total. Suíça, Inglaterra, Japão, França, Canadá, Itália e Suécia com respectivos US\$ 36,2 milhões (7,27%), US\$ 24,0 milhões (4,81%), US\$ 16,2 milhões (3,26%), US\$ 15,4 milhões (3,10%), US\$ 14,4 milhões (2,9%), US\$ 11,2 milhões (2,25%) e US\$ 9,9 milhões (1,99%), somados aos investimentos dos Estados Unidos e da Alemanha, totalizaram 90,0% do total no período (Tabela 1).

Não era coincidência o fato de que a maior parte dos protestos contra o capital estrangeiro na sociedade brasileira se dirigiram aos Estados Unidos. Naquele momento, esse país era considerado, para os nacionalistas, como a principal ameaça ao desenvolvimento autônomo do Brasil e um dos motivos era a vantagem concedida pela Instrução 113 aos investidores estrangeiros.

A quase totalidade dos investimentos diretos estrangeiros sem cobertura cambial que entraram no país entre 1955 e 1963 foi para o setor de Indústrias de Transformação. Conforme demonstra a Tabela 2, este setor recebeu 97,69% do total dos investimentos. Foi seguido pelo setor de Indústrias Extrativas, com 1,87%. Os demais setores: Atividades Imobiliárias; Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas; Transporte, Armazenagem e Comunicações; e Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal ficaram cada um abaixo de 0,2% da participação total (Tabela 2).

O maior investimento no setor de Indústrias de Transformação pode ser explicado pela direção dada ao plano de desenvolvimento econômico brasileiro no período, que dava ênfase à industrialização. Desde o governo Vargas, a necessidade de investimentos nessa indústria era estudada e se colocava em prática, com planos nos setores de siderurgia e energia. Ao assumir a presidência, Juscelino Kubistchek dirigiu sua política econômica para alcançar seu lema de campanha, que era desenvolver o Brasil “50 anos em 5”. Estabeleceu então um Programa de Metas, que se dividia em cinco diferentes grandes metas: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação.

Tabela 1
Investimentos Diretos Estrangeiros por País de Origem através da Instrução 113 e do Decreto 42.820 no período de 1955 a 1963 (em milhões de US\$)

País de Origem	IDE	(%)
EUA	216,5	43,5
Alemanha	93,0	18,7
Suíça	36,2	7,3
Inglaterra	24,0	4,8
Japão	16,2	3,3
França	15,4	3,1
Canadá	14,4	2,9
Itália	11,2	2,3
Suécia	9,9	2,0
Bélgica	9,7	1,9
Panamá	8,8	1,8
Holanda	6,8	1,4
França, Bélgica, Suíça e EUA	6,8	1,4
França e EUA	5,3	1,1
Alemanha e Itália	2,6	0,5
Venezuela	2,3	0,5
Cuba	2,1	0,4
Panamá e EUA	2,0	0,4
Luxemburgo	1,7	0,4
Liechtenstein	1,6	0,3
Finlândia	1,4	0,3
Alemanha, França e EUA	1,1	0,2
Uruguai	1,0	0,2
Holanda e EUA	0,8	0,2
Libéria	0,7	0,1
Dinamarca	0,7	0,1
Finlândia e Alemanha	0,7	0,1
Alemanha, Inglaterra e EUA	0,5	0,1
Outros	4,1	0,8
Total	497,7	100,0

Fonte: Sumoc, Boletins, Vários anos (1955 a 1964). Elaboração própria.

Tabela 2
Investimento Direto Estrangeiro entre 1955 e 1963 via Instrução 113 da SUMOC e Decreto 42.820 – Setores da Economia (1 dígito*)

Setor da Economia	Investimento em Milhões de US\$	(%)
Indústrias de Transformação	486,2	97,7
Indústrias Extrativas	9,3	1,8
Não Identificado	0,9	0,2
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	0,6	0,1
Transporte, Armazenagem e Comunicações	0,6	0,1
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	0,0	0,0
Total	497,7	100,00

Fonte: Sumoc, Boletins, Vários anos (1955 a 1964). Elaboração própria.

A meta da expansão das indústrias de base foi uma das que mais ganharam atenção e que receberam investimento, crescendo significativamente em relação ao período anterior, como corrobora Lafer (1970, p. 45):

“O setor de indústrias de base, que absorvia 20,4% dos investimentos inicialmente contemplados pelo Plano de Metas era um dos setores cruciais para se atingir a vigorosa política de industrialização de que falava Kubitschek na sua campanha eleitoral de 1955. Os resultados do setor, no conjunto, mostram que esse objetivo foi atingido, pois o ritmo de crescimento da produção industrial aumentou de mais de 96% sobre 1955 – índice do volume físico da produção industrial – crescimento que se compara muito favoravelmente com o índice de 1952-1955 que foi de 42%. Por outro lado, a produção industrial diversificou-se, ganhando maior ênfase o setor de bens de produção (...).”

O setor de indústrias de base do Plano de Metas recebeu, entre 1955 e 1959, 55,4% dos equipamentos estrangeiros que entraram como investimento direto via Instrução 113, o equivalente a 93,6% do total se for desconsiderado os investimentos em setores que não faziam parte do Programa de Metas. Esses dados corroboram a importância do desenvolvimento deste setor nas metas do Governo Kubitschek.

Ao analisarmos mais profundamente os setores da economia que receberam os investimentos diretos através da Instrução 113 (Tabela 3), constatamos que o setor de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias foi o maior beneficiado com US\$ 189,6 milhões, equivalentes a 38,1% do total. O setor de Fabricação de Produtos Químicos foi o segundo a receber mais investimentos, com US\$ 58,2 milhões investidos, 11,69% do total do período. Foi seguido de perto pelo setor de Fabricação de Máquinas e Equipamentos, com US\$ 55,9 milhões, 11,24% do total.

Esses três setores concentraram então 61,0% dos investimentos feitos sem cobertura cambial.

Os principais setores além dos três já citados foram: Fabricação de Artigos de Borracha e de Material Plástico (US\$ 30,9 milhões, 6,21% do total); Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (US\$ 25,1 milhões, 5,05% do total); Fabricação de Produtos Têxteis (US\$ 21,7 milhões; 4,36% do total), Metalurgia Básica (US\$ 20,7 milhões, 4,16% do total); Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas (US\$ 18,0 milhões, 3,62 % do total); Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel (US\$ 17,3 milhões, 3,47% do total); Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte (US\$ 13,1 milhões, 2,64% do total); Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações (US\$ 9,7 milhões, 1,95% do total); Extração de Minerais Metálicos (US\$ 9,2 milhões, 1,84% do total); Fabricação de Produtos de Metal - Exceto Máquinas e Equipamentos (US\$ 8,7 milhões, 1,74% do total) e Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos (US\$ 7,8 milhões, 1,57% do total).

Os demais setores tiveram menos de 1% de participação cada nos investimentos diretos. Dos setores citados como principais, apenas um não pertence à classificação de “Indústrias de Transformação”, o de Extração de Minerais Metálicos, que pertence ao Setor de “Indústrias Extrativas”.

As metas para as indústrias de base, dentro do Plano de Metas, dividiam-se em diferentes setores. Aumentar a produção siderúrgica, de alumínio, de metais não-ferrosos, cimento, álcalis, celulose e papel, borracha, a exportação de ferro, a produção de veículos, implantar a indústria naval e ampliar e implantar o setor mecânico e de material elétrico pesado eram parte desse projeto (Lafer, 1970, pp. 46-48). Como podemos observar, todos esses setores foram contemplados com investimentos diretos feitos via Instrução 113.

Segundo este mesmo autor (1970, p. 36), um dos critérios para a escolha do setor onde o capital público e privado deveria investir era a demanda derivada que gerava, ou seja, a expansão de alguns setores aumentava a demanda em outros. Desta forma, a meta da indústria mecânica e de material elétrico pesado foi programada a partir da demanda derivada dos setores das indústrias de base e do setor de energia; a meta da indústria automobilística direcionou a programação de autopeças, de metais não-ferrosos e de borracha; a de mecanização da agricultura levou à fabricação de tratores; a da marinha mercante à indústria de construção naval; e a de cimento o impacto de Plano de Metas como um todo.

Tabela 3
Investimento Direto Estrangeiro entre 1955 e 1963 via Instrução 113 da SUMOC e
Decreto 42.820 – Setores da Economia (2 dígitos)*

Setor da Economia	Investimento em Milhões de US\$	(%)
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	189,61	38,1
Fabricação de Produtos Químicos	58,16	11,7
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	55,93	11,2
Fabricação de Artigos de Borracha e de Material Plástico	30,89	6,2
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	25,14	5,1
Fabricação de Produtos Têxteis	21,68	4,4
Metalurgia Básica	20,70	4,2
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	18,04	3,6
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	17,25	3,5
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	13,13	2,6
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	9,73	1,9
Extração de Minerais Metálicos	9,15	1,8
Fabricação de Produtos de Metal - Exceto Máquinas e Equipamentos	8,68	1,7
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	7,80	1,6
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	3,27	0,7
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	1,55	0,3
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	1,45	0,3
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico- Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	1,13	0,2
Não identificado	0,91	0,2
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	0,90	0,2
Fabricação de Produtos do Fumo	0,65	0,1
Atividades de Informática e Serviços Relacionados	0,62	0,1
Correio e Telecomunicações	0,58	0,1
Fabricação de Produtos de Madeira	0,37	0,1
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,18	0,0
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,12	0,0
Transporte Terrestre	0,04	0,0
Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	0,03	0,0
Serviços Prestados Principalmente às Empresas	0,03	0,0
Extração de Carvão Mineral	0,02	0,0
Total	497,71	100,0

Fonte: Sumoc, Boletins, Vários anos (1955 a 1964). Elaboração própria.

4. O locus privilegiado: a indústria de veículos

Analisaremos agora mais detalhadamente a participação das empresas estrangeiras nos setores de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores que representou representaram 42,17% do total investido. Além disso, veremos quais as empresas beneficiárias desses investimentos.

O setor automobilístico foi um dos que mais recebeu apoio para desenvolver-se no governo de Juscelino Kubitschek, com a decisão de se estabelecer uma indústria deste setor no país. Foi criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), em 1956, para estudar, planejar e aprovar projetos nesta área. De acordo com Faro e Silva (2002, p.86), a capacidade total instalada em 1960 ultrapassou em 17,2% a meta fixada de 170 mil veículos.

Este grupo executivo garantiu várias vantagens à importação de equipamentos para a indústria de veículos. Entre as principais estavam: todas as empresas investidoras poderiam utilizar a Instrução 113; caso isso não fosse suficiente e todo equipamento necessário não fosse trazido como importação sem cobertura cambial, era garantido um tratamento de câmbio preferencial para o financiamento da dívida com um pagamento mínimo pelo período de 5 anos. Além disso, foi estabelecido que durante 30 meses, prazo que foi prolongado e durou até 6 de junho de 1960, esses equipamentos estariam isentos de impostos de importação (Gordon & Grommers, 1962, p. 48). Era exigida uma percentagem de nacionalização dos veículos produzidos, prevendo-se que em 5 anos todos eles atingiriam um índice superior a 95%.

Antes do Governo Kubitschek, não se fabricavam veículos no Brasil – eram apenas montados com as peças importadas. Algumas autopeças eram fabricadas, mas o processo como um todo de fabricação de veículos não era possível no país.

Os principais investidores do setor de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias foram a General Motors Corporation e a Ford Motor do Brasil S/A (Tabela 4). Ambas americanas, essas empresas somaram 25,02% do total investido no setor (13,20% e 11,82% respectivamente). A General Motors obteve várias licenças para importar entre 1957 e 1961. O maior montante de investimentos ocorreu, no entanto, nos dois primeiros anos, em 1957 e 1958.

Tabela 4

Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias
Principais Investidores via Instrução 113 e Decreto 42.820 - Entre 1955 e 1963
(Em Milhões de US\$)

Investidor	País de Origem	Valor	(%)
General Motors Corporation	EUA	25,02	13,2
Ford Motor do Brasil S/A	EUA	22,42	11,8
Volkswagenwerk GMBH	Alemanha	14,32	7,6
Willys Motors Inc. e Regie Nationale des Usines Renault	França, Bélgica, Suíça e EUA	13,34	7,0
Robert Bosch G.m.b.H.	Alemanha	12,99	6,9
Fried. Krupp	Alemanha	11,55	6,1
Willys Motors Inc.	EUA	10,30	5,4
Bendix Aviation Corp. e Bendix Westinghouse Automotive Air Brake Company	EUA	8,13	4,3
Aktiebolaget Svenska Kullagerfabriken	Suécia	7,31	3,9
Brasfinaz A.G.	Alemanha e Suíça	6,76	3,6
Société Anonyme Simca	França	6,45	3,4
Não declarado	Alemanha	6,02	3,2
International Harvester Co.	EUA	4,58	2,4
Willys Motors Inc. - U.S. Equipment Co. - E.W. Bliss Corp. - Dana Corporation	EUA	4,06	2,1
Clark Equipment International, C.A.	Venezuela e EUA	3,33	1,8
Alfa Romeo S/A	Alemanha e Itália	3,22	1,7
Carl F. W. Borgward G.m.b.H.	Alemanha	2,40	1,3
Ross Gear and Tool Co. Inc.	EUA	2,32	1,2
B.W.I. Panamá Inc.	Panamá e EUA	2,29	1,2
Outros		22,79	12,0
Total		189,61	100,0

Fonte: Sumoc, Boletins, Vários anos (1955 a 1964). Elaboração própria.

A General Motors se instalou no Brasil em 1925, em São Paulo, e inaugurou oficialmente sua primeira fábrica no país cinco anos depois, em São Caetano do Sul. As atividades iniciais consistiam na montagem de veículos importados e apenas em 1957 foi montado o primeiro caminhão Chevrolet nacional. Em 1959, sua segunda fábrica começou a operar em São José dos Campos, e foi inaugurada um ano depois pelo presidente Kubitschek.

A Ford Motor investiu em 1957 e 1960. Em uma única licença, em 1957, a Ford Motor Company – Supply Operations investiu o montante de US\$ 16,0 milhões. Neste mesmo ano, a Ford Motor Co. Export Inc. investiu US\$ 0,42 milhões. Em 1960, a Ford Motor do Brasil S/A investiu US\$ 6,0 milhões, totalizando US\$ 22,42 milhões de investimentos da empresa no setor. A Ford foi a primeira empresa de veículos a instalar-se no Brasil, em 1919, na cidade de São Paulo. Em 1953, inaugurou nova fábrica no Brasil, em Ipiranga, São Paulo, onde montava automóveis, americanos e

européus, caminhões, tratores e chassis de ônibus. No governo JK, a Ford começa a nacionalizar sua produção. Em 1958 foi inaugurada a nova fábrica de motores V8, pelo presidente da República, e no ano seguinte, foi apresentado o primeiro caminhão Ford brasileiro.

Tanto a General Motors como a Ford Motor resistiram quanto à fabricação de veículos no Brasil, com o argumento de que não haveria um mercado interno para a indústria automobilística. A competição pelo mercado, acirrada pelas empresas européias, principalmente as alemãs Volkswagen, Krupp e Bosch, levou a que essas empresas iniciassem a fabricação de veículos nacionais (Bandeira, 1995, p. 54).

A alemã Volkswagen investiu 7,55% do total do setor. A empresa obteve licenças durante todo o período entre 1956 e 1963, com exceção do ano de 1961. O ano de 1960 foi importante para a empresa, quando investiu 46,8% do total (durante os anos).

A Volkswagen instalou-se no Brasil em 1953, no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Em 1956, construiu sua fábrica em São Bernardo do Campo. No ano seguinte já produzia a Kombi, o primeiro carro da empresa fabricado no Brasil, tendo 50% de suas peças e componentes produzidos no país. O Fusca foi lançado em 1959, obtendo grande sucesso no mercado nacional. Ao final de 1961, esses dois automóveis já apresentavam um índice de nacionalização de 95%.

A Willys Motors Inc. e Regie Nationale des Usines Renault investiram juntas 7,04% do total. Obtiveram 21 licenças em 1959 e 1960. Seus investimentos provinham da França, Bélgica, Suíça e dos Estados Unidos. Os mais significativos foram feitos no primeiro ano. Seguindo essas empresas aparecem as alemãs Bosch e Krupp, com, respectivamente 6,85% e 6,09% do total investido no setor. A Bosch, que obteve licenças entre o período de 1955 e 1960, investiu um maior montante nos três últimos anos. A Krupp, em uma única licença, em 1958, investiu o total de US\$ 11,55 milhões. A Willys Motors Inc. investiu, sozinha, um montante de US\$ 10,30 milhões, equivalentes a 5,43% do total do setor. Obteve licenças entre 1957 e 1960 (com exceção do ano de 1959), tendo investido mais nos dois primeiros anos.

As demais empresas que investiram no setor participaram com menos de 5% cada. O principal país a investir no setor foi os Estados Unidos, com 48,16% do total, seguido da Alemanha, com 28,69%. Podemos afirmar, como já visto anteriormente, que o setor de Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias foi o maior

beneficiário dos investimentos feitos através da Instrução 113 e do Decreto 42.820 no período estudado.

A análise das empresas brasileiras com participação estrangeira ou filiais estrangeiras no Brasil que receberam esses investimentos aponta que as principais beneficiárias foram: Willys Overland do Brasil S.A. – Indústria e Comércio (US\$ 27,97 milhões; 14,75% do total); General Motors do Brasil S.A. (US\$ 25,02 milhões; 13,20% do total); Ford Motor do Brasil S/A. (US\$ 22,42 milhões; 11,82% do total); Volkswagen do Brasil Indústria e Comércio de Automóveis S.A.(US\$ 14,32 milhões; 7,55% do total); Roberto Bosch do Brasil - Ind. E Com. De Acessórios para Motores e Chassis (US\$ 12,99 milhões; 6,85% do total); Mercedes Benz do Brasil S/A. (US\$ 12,78 milhões); e a Indústria Nacional de Locomotivas INL Ltda. (US\$ 11,5 milhões; 6,09% do total). As demais empresas beneficiadas representaram menos de 5% cada na participação no setor (Tabela 5).

Tabela 5
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias

Principais Beneficiários via Instrução 113 e Decreto 42.820 - Entre 1955 e 1963 (Em Milhões de US\$)

Beneficiário	Valor	(%)
Willys Overland do Brasil S.A. - Indústria e Comércio	27,97	14,8
General Motors do Brasil S.A.	25,02	13,2
Ford Motor do Brasil S/A	22,42	11,8
Volkswagen do Brasil Indústria e Comércio de Automóveis S.A.	14,32	7,6
Roberto Bosch do Brasil - Ind. E Com. De Acessórios para Motores e Chassis	12,99	6,9
Mercedes Benz do Brasil S/A.	12,78	6,7
Indústria Nacional de Locomotivas INL Ltda.	11,55	6,1
Bendix do Brasil Equipamentos p/ Automóveis Ltda.	8,13	4,3
Cia. SKF do Brasil Rolamentos	7,31	3,9
S/A Industrial de Motores, Caminhões e Automóveis "SIMCA DO BRASIL"	6,45	3,4
International Harvester Máquinas S.A.	4,58	2,4
Fábrica Nacional de Motores S/A	3,22	1,7
Vemag S/A - Veículos e Máquinas Agrícolas	2,68	1,4
Borgward do Brasil S/A - Ind. E Comércio	2,40	1,3
Cobrasma Rockwell Eixos S/A	2,38	1,3
Indústrias Gemmer do Brasil Ltda.	2,32	1,2
Borg & Beck do Brasil S/A Ind. Com.	2,29	1,2
Equipamentos Clark Mac S/A	2,05	1,1
Outros	18,74	9,9
Total	189,61	100,0

Fonte: Sumoc, Boletins, Vários anos (1955 a 1964). Elaboração própria.

O setor de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias foi essencial para o processo de desenvolvimento do país. Esta indústria “liderou” o investimento direto em outras indústrias, como a de borracha, de material plástico, de vidros, de material elétrico e de autopeças. Sua importância foi muito além da própria produção e expansão. Tornou-se símbolo do Governo de Juscelino Kubistchek e representou a modernidade e o desenvolvimento dos chamados “Anos Dourados”. A importância dessa indústria para o resto da economia é corroborada pelos estudos do Escritório de Pesquisa Aplicada (EPEA) sobre a indústria mecânica e elétrica no Brasil (1966, p. 40):

“A tônica mais importante da integração horizontal da indústria foi a expansão excepcional trazida ao mercado industrial, a qual teve fundamental influência na consolidação da indústria de utilidades domésticas, pois geralmente as grandes fábricas desse ramo também produzem auto-peças. Este fato ocorre devido a semelhança que há entre os processo empregados na produção desses dois bens industriais, cujas instalações fabris têm características comuns, permitindo às indústrias beneficiarem-se com as economias de escala.”

A integração horizontal teria consolidado a indústria automobilística e de equipamentos elétricos no país, expandindo o mercado industrial. Podemos afirmar que um dos grandes responsáveis pela implantação da Indústria Automobilística Brasileira

foi a Instrução 113 da SUMOC. O estímulo à importação de máquinas e equipamentos nesta indústria teria sido tão grande que no ano de 1966 existia capacidade ociosa. Mello (1982, p. 120) destaca o impacto da demanda derivada do investimento estrangeiro no setor metal-mecânicos, como um fator positivo no estímulo, desenvolvimento e modernização da pequena e média empresa nacional, fornecedoras e distribuidoras destes setores.

5. À guisa de conclusões

A Instrução 113 da SUMOC de 1955 foi um marco na arquitetura do tripé formado pelo capital estatal, nacional e estrangeiro no desenvolvimento industrial nacional. O tratamento favorecido ao capital estrangeiro desse instrumento cambial, permitindo que a importação de máquinas e equipamentos fosse registrada como investimento direto estrangeiro, na base de câmbio livre e as remessas de lucros fossem feitas a uma taxa de câmbio preferencial mais baixa, elevou substancialmente a taxa de retorno do investimento estrangeiro, tornando a economia brasileira uma das mais atrativas para o capital estrangeiro na América Latina.

Os investimentos diretos feitos através do uso deste instrumento foram basicamente nas Indústrias de Transformação, sendo a Indústria de Veículos a mais favorecida; esta recebeu 38,1% do total desses investimentos, pode-se afirmar que o ABC paulista surgiu no bojo desses investimentos. Indústrias ligadas a este setor foram também beneficiadas, como a de Fabricação de Máquinas e Equipamentos, a de Fabricação de Artigos de Borracha e de Material Plástico e a de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos. Dentre as principais empresas que se destacaram nesses setores estão a General Motors, a Ford Motor, a Volkswagen, a Bosch, a Krupp, a Caterpillar Tractor Co., a Pirelli, a Goodyear, a Firestone e a General Electric.

Essas empresas estão, até os dias atuais, presentes na economia brasileira, o que demonstra a importância desses investimentos para seu estabelecimento. Podemos afirmar que a Instrução 113 teve participação decisiva na implantação da indústria de veículos no Brasil e no Plano de Metas complementou os financiamentos governamentais e externos na promoção do desenvolvimento industrial brasileiro. O Setor Químico foi o segundo a receber maiores investimentos e as estrelas destes investimentos foram as empresas Union Carbide Corporation, a Solvay e Cie., a Bayer e a Pfizer. No setor de Fabricação de Produtos Têxteis destacaram-se os investimentos da Kurashiki e no setor de Metalurgia Básica, a Aluminium Limited. Os demais setores representaram pouco menos de 20% do total dos investimentos.

No início da década de 1960, a entrada dos investimentos direto estrangeiros sem cobertura cambial decresceu, fato explicado freqüentemente pela crise política e econômica interna. Acreditamos, no entanto, que a Instrução 204 da SUMOC, que eliminou o incentivo criado pela Instrução 113 (as diferentes taxas de investimento e remessas de lucro), pode ter tido papel significativo na queda dos investimentos, maior do que normalmente pressuposto.

Mesmo não sendo quantitativamente expressivos se comparados com os investimentos globais realizados na economia brasileira entre 1955 e 1963, esses investimentos diretos sem cobertura cambial desenharam a pata estrangeira do tripé industrial nacional. Estabeleceram-se grandes empresas multinacionais, diversas empresas nacionais fizeram aliança com o capital estrangeiro e isso mudou o perfil da indústria brasileira. A indústria nacional perdeu parcela de sua participação na vida econômica brasileira, enquanto o capital estrangeiro aumentava sua voz, tanto econômica como politicamente.

6. Referências Bibliográficas

Documentação Oficial

BRASIL. Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957.

BRASIL: ESCRITÓRIO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (EPEA). Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. Indústria mecânica e elétrica: Diagnóstico preliminar. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Maio de 1966.

BRASIL, IBGE, CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – CNAE: versão 1.0 / Comissão Nacional de Classificação [e] IBGE – 2ª ed. – Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 326 p.

BRASIL. SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito, Boletins Mensais, anos de 1955 a 1965; Relatórios Anuais, anos de 1955 a 1964; Instrução 70, de 09 de outubro de 1953; Instrução 113, de 17 de janeiro de 1955; Instrução 204, de 13 de março de 1961;

Revistas e Periódicos

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, Ano XXI, nº 213, maio de 1956.

Artigos, Livros, Teses e Dissertações

BANAS, Geraldo. **Os donos do Brasil : multis, estatais e nacionais**. São Paulo: Banas, 1984.

BANAS, São Paulo. **O Capital estrangeiro no Brasil: quem controla o que**. 3ª ed. São Paulo: Banas, 1961.

BANDEIRA, L.A. Moniz. **O contributo da Alemanha à industrialização do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional. 38 (1): 40-63 [1995]. Disponível em: <<http://www.ftp.unb.br/pub/unb/ipr/rel/rbpi/1995/1344.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2006.

BRASIL: Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Planejamento. Setor de Indústria. *A Indústria de Máquinas-Ferramenta no Brasil*, por Franco Vidossich, acompanhado por Francisco Almeida Biato, Eduardo Augusto de Almeida Guimarães e Maurício Jorge Cardoso, Brasília, 1974.

CAPUTO, Ana Claudia. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro e o Investimento Direto Estrangeiro: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC – 1955/1963**. Niterói, UFF: 2007. 116p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DELFIN NETO, Antônio & PINTO, Carlos Alberto Andrade, *O Café no Brasil: 20 anos de substituição no mercado em Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro, IBC, 1973.

FARO, Clovis de; DA SILVA, Salomão L. Quadros. **A década de 1950 e o Programa de Metas**. Em: GOMES, Ângela de Castro. O Brasil de JK. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GORDON, Lincoln; GROMMERS, Engelbert L.. **Manufacturing Investment in Brazil: The Impact of Brazilian Government Policies 1946-1960**. Boston: Harvard University, 1962.

HYMER, Stephen. **Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LAFER, Celso. O Planejamento do Brasil – Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty M. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970, pp. 29-50.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P., O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54), em GOMES, Ângela de Castro (org), **Vargas e a crise dos anos 50**, Rio de Janeiro, Relume Dumará, CPDOC, 1994.

_____. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

- LESSA, Carlos, Quinze anos de política econômica, *Economic Bulletin for Latin America*, v.9, n.2, dez de 1964.
- MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e Unidade Nacional**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A., 1980.
- MALAN, Pedro. Relações Econômicas Internacionais no Brasil (1945-1964). Em: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil Republicano**. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. 4º Vol. São Paulo: Difel, 1984.
- MARTINS, Luciano, **Pouvoir et développement économique – formation et évolution des structures politiques ao Brésil**, Paris: Anthropos, 1976.
- MELO, Hildete Pereira de, BASTOS, Carlos P., ARAUJO, Victor L., “A política macroeconômica e o reformismo social: impasse de um governo sitiado”, em FERREIRA, Marieta de Moraes (org), **João Goulart – entre a Memória e a História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- MELLO, J.M.C. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PINHO NETO, Demosthenes Madureira de. A Estratégia Brasileira em Perspectiva Internacional. Em: **O BNDE e o Plano de Metas**. 1996. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/plametas.pdf> Acesso em: 5 nov. 2005.
- SARETTA, Fausto. **A Política Econômica no Período 1954/1955: Algumas Notas**. Em: V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003, Caxambu, *ANAIS do V Congresso Brasileiro de História Econômica*. Caxambu: ABPHE, 2003. v. 1. p. 1-12. Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_61.pdf Acesso em: 10 nov. 2005.
- _____. Octavio Gouvêa de Bulhões. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 41, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 Fev. 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0103-40142001000100010
- SERRANO, Franklin, “Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento” em FIORI J.L. & MEDEIROS, C. (orgs), **Polarização e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TAVARES, Maria da Conceição, “O Estado nacional desenvolvimentista – continuidade e metamorfoses” em LESSA, Carlos (org), **Enciclopédia da BRASILidade – auto-estima em verde e amarelo**, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2005.
- VILLELA, Annibal V., BAER, Werner, **O setor privado nacional: problemas e políticas para seu fortalecimento**, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Coleção relatórios de pesquisa 46, 1980.

Lista de Textos para Discussão da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense:

A partir do número 169 os textos estão disponíveis online (<http://www.uff.br/econ/>), no formato PDF.

TD 117	Deflação, depressão e recuperação econômica: uma abordagem keynesiana. <i>João Sicsú & Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 118	Possibilidades de análise da conjuntura mundial <i>Theotônio dos Santos</i>
TD 119	Globalização e mundialização do capital: o estágio atual do capitalismo contemporâneo nas visões de Chesnais e Minsky <i>Victor Hugo Klagsbrunn</i>
TD 120	O Mercado como Teoria da Sociedade: o radicalismo filosófico de Adam Smith <i>Angela Ganem</i>
TD 121	Hayek's Social Philosophy: the evolutionary versus the evolutionist <i>célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 122	Legitimate inequalities: towards a complex-egalitarianism <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 123	Déficit Fiscal no Brasil: uma análise do seu comportamento no período Pós-Real <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 124	A Defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos <i>Angela Ganem</i>
TD 125	Eficiência, objetivo e coordenação da política macroeconômica no período 1974-79 <i>João Sicsú</i>
TD 126	A Utilização de mercados de licenças de emissão para o controle do efeito estufa e os custos de transação <i>Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez & Mário Jorge Cardoso de Mendonça</i>
TD 127	Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil <i>Carlos E. Guanzioli</i>
TD 128	Matemática e aplicações <i>Renata R.Del-Vecchio & Rosa Maria Nader D. Rodrigues</i>
TD 129	O Conceito de normalidade econômica Marshalliano e o discricionarismo monetário de Keynes <i>João Sicsú</i>
TD 130	Qual o valor do Auto-Interesse? <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 131	A Teoria da Independência do Banco Central: uma interpretação crítica <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 132	Dilema da Sociedade Salarial: realismo ou ceticismo instrumental <i>Mário Duayer</i>
TD 133	O Desemprego no Feminino <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 134	A Teoria e o Método do Espelho da História <i>Angela Ganem</i>
TD 135	A Mensuração da Independência do Banco do Brasil <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 136	Economia e Filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith <i>Angela Ganem</i>
TD 137	Inveja Igualitária <i>Célia de Andrade Lessa Kerstenetzky</i>
TD 138	Dedutivismo e "Teoria Econômica" <i>André Guimarães Augusto</i>

TD 139	A Economia Política da Privatização <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 140	O Trabalho Feminino no Mundo Rural <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 141	Marx, Sraffa e a "Nova" Solução para o problema da Transformação <i>Marcelo José Braga Nonnenberg</i>
TD 142	Credible Monetary Policy: A Post Keynesian Approach <i>João Sicsú</i>
TD 143	Série de Pagamentos Lineares Convergentes: uma abordagem didática <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 144	Metas de Inflação: Uma análise preliminar para o caso brasileiro <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 145	Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias: Algumas observações críticas preliminares <i>João Sicsú</i>
TD 146	Regimes Monetários e a Busca da Estabilidade de Preços: O uso de metas para a taxa de câmbio, agrgados monetários e inflação <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 147	As Atividades de P&D e o Sistema Financeiro: o papel de uma Agência Especial de Seguros de empréstimos no Brasil <i>João Sicsú & Eduardo da Motta Albuquerque</i>
TD 148	Equilíbrio em Contratos Indexados: uma abordagem didática <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 149	Adam Smith e a Questão Distributiva: Uma breve resenha da literatura <i>Rodrigo Mendes Gandra</i>
TD 150	Restrição Externa, Padrões de Especialização e Crescimento Econômico <i>Luiz Daniel Willcox de Souza</i>
TD 151	Do Choque Heterodoxo à Moeda Indexada: concepções teóricas para se eliminar alta inflação crônica brasileira. <i>Rodrigo Mendes Gandra</i>
TD 152	A Inconsistência Temporal, o Viés Inflacionário e a Tese da Independência do Banco Central <i>André de Melo Modenesi</i>
TD 153	Breve História do Juro: Uma abordagem dissertativa Instrumental de Finanças <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 154	O Dinheiro e as Formas Monetárias <i>André Guimarães Augusto</i>
TD 155	A Teoria da credibilidade da política monetária: desdobramento do debate regras versus discricção <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 156	Accumulation Regimes, Macroeconomic Structure and Capacity Utilization: a reconsideration of the relation between income distribution and economic growth in post keynesian models <i>José Luís Oreiro</i>
TD 157	O Seguro Desemprego é ainda uma Boa Idéia: o caso brasileiro <i>Hildete Pereira de Melo & Lena Lavinas</i>
TD 158	A teoria do Capital Humano, as Teorias da Segmentação e a Literatura Institucionalista: proposições de políticas públicas e implicações sobre a distribuição de renda <i>Leonardo M. Muls</i>
TD 159	Bolhas Racionais, Ciclo de Preços de Ativos e Racionalidade Limitada: uma avaliação crítica dos modelos neoclássicos de bolhas especulativas <i>José Luís Oreiro</i>

TD 160	A Independência do Banco Central e Coordenação de Políticas <i>Hélder Ferreira de Mendonça</i>
TD 161	O Federalismo Norte-Americano: a “Era Reagan” e suas consequências <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 162	Moeda Única: teoria e reflexão para o caso do Mercosul <i>Helder Ferreira de Mendonça & Anabel da Silva</i>
TD 163	Plano Real: da âncora monetária à âncora cambial <i>André de Melo Modenesi</i>
TD 164	Micronegócios Urbanos Numa Perspectiva de Gênero <i>Hildete Pereira de Melo & Alberto Di Sabbato</i>
TD 165	Acumulação de Capital, Utilização da Capacidade Produtiva e Inflação: Uma análise a partir de um modelo pós-keynesiano não-linear <i>José Luís Oreiro & Victor Leonardo de Araújo</i>
TD 166	Testing for Adverse Selection in the Brazilian Health Plan Market <i>Alexey T.S. Wanick & Marcelo Resende</i>
TD 167	Teoria fiscal da determinação do nível de preços: uma resenha <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 168	Faculdade da Economia da UFF – 60 anos de história <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 169	Linha de pobreza: um olhar feminino <i>Hildete Pereira de Mello</i>
TD 170	Interactive Individualism: an essay on Hayek's methodological individualism <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 171	Globalização tecnológica das EMN: efeitos sobre a especialização e convergência de países catch-up na América Latina <i>Ana Urraca Ruiz</i>
TD 172	O PROER no centro de reestruturação bancária brasileira dos anos noventa <i>Carlos Augusto Vidotto</i>
TD 173	Metodologia para a recuperação do PIB trimestral utilizando modelos univariados e multivariados em espaço de estado com valores omissos, benchmarking, variáveis explicativas e heterocedasticidade <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 174	Estoque e Produtividade de Capital Fixo - Brasil, 1940-2004 <i>Lucilene Morandi</i>
TD 175	Desigualdade intra-grupos educacionais e crescimento: um tema emergente <i>Ana Czeresnia Costa e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 176	Intra-industry trade with emergent countries: What we can learn from Spanish data? <i>Juliette M. Baleix e Ana I. Moro-Egido</i>
TD 177	Os afazeres domésticos contam <i>Hildete Pereira de Melo, Claudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabatto</i>
TD 178	Uma breve história da defesa da concorrência <i>Claudio Monteiro Considera</i>
TD 179	Em Direção as Metas de Desenvolvimento do Milênio: uma análise regional <i>Rosane Mendonça</i>
TD 180	Políticas Sociais: focalização ou universalização? <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 181	A Importância de Evidências Econômicas para a Investigação de Cartéis - A Experiência Brasileira <i>Claudio Monteiro Considera e Gustavo F. de Seixas Duarte</i>
TD 182	Federalismo Fiscal – Experiências Distintas: Estados Unidos e Brasil <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 183	Uma avaliação dos custos e benefícios da educação pré-escolar no Brasil <i>Ricardo Barros e Rosane Mendonça</i>

TD 184	Progresso e pobreza na Economia Política Clássica <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 185	Padrões de consumo, energia e meio ambiente <i>Claude Cohen</i>
TD 186	Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 187	The Monetary Transmission Mechanism in Brazil: Evidence from a VAR Analysis <i>Viviane Luporini</i>
TD 188	Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 189	Conceitos de sustentabilidade fiscal <i>Viviane Luporini</i>
TD 190	Regulation school and contemporary heterodoxies <i>André Guimarães Augusto</i>
TD 191	Micro and macro relations in a monetary production economy <i>Carmem Feijó</i>
TD 192	Education and equality: a post-Rawlsian note <i>Celia Lessa Kesrtenetsky</i>
TD 193	Potential growth and structural changes: An analysis of the European case <i>Mario Amendola, Bernhard Böhm, Jean-Luc Gaffard, Lionel Nesta, Lionello F. Punzo, Francesco Saraceno</i>
TD 194	Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira <i>Ricardo Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 195	Fiscal federalism as a political instrument – distinct experiences: United States of America and Brazil <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 196	Atividade Monetária entre 1964 e o Início de 1986 <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 197	Expectativas, Déficit, Senhoriagem e Inflação <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 198	La inversión directa de España en Brasil y América Latina <i>Ángeles Sánchez Díez</i>
TD 199	Exogeneity of Money Supply in Brazil from 1966 to 1985: Full Version <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 200	Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 201	Demanda por Moeda, Senhoriagem e Megainflação. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 202	Metodologia para a periodização endógena da taxa de inflação no Brasil e aproximação de seus modelos ARIMA, 1960 a 2005. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 203	La libertà di scelta nella sfera produttiva: l'impresa capitalistica e l'impresa autogestita. <i>Ernesto Screpanti</i>
TD 204	Notas Sobre a Produtividade Industrial <i>Carmem Aparecida Feijó e Paulo Gonzaga M. de Carvalho</i>
TD 205	Influência dos Processos Interativos no Desempenho Inovativo de Empresas Inseridas em Aglomerações Produtivas Intensivas em Conhecimento <i>Fabio Stallivieri, Marcelo Matos e Gustavo José Guimarães e Souza</i>
TD 206	Da Estruturação ao Equilíbrio Fiscal: uma análise das finanças públicas estaduais no governo FHC <i>Ana Paula Mawad e Viviane Luporini</i>
TD 207	Desenvolvimento Financeiro e Desigualdade de Renda: evidências para o caso brasileiro <i>Camille Bendahan Bemerguy e Viviane Luporini</i>

TD 208	Instabilidade Internacional e Hegemonia: notas sobre a evolução do Sistema Monetário Internacional <i>Mario Rubens de Mello Neto e Victor Leonardo de Araújo</i>
TD 209	Apontamentos para uma Teoria da Corrupção: uma visão a partir da Sociologia Econômica <i>Ralph Miguel Zerkowski</i>
TD 210	Filosofia da ciência e metodologia econômica: do positivismo lógico ao realismo crítico <i>Carolina Miranda Cavalcante</i>
TD 211	Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório <i>Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina Novaes Marques</i>
TD 212	Conteúdo de trabalho feminino no comércio exterior brasileiro <i>Marta dos Reis Castilho</i>
TD 213	Regulação ou Cooptação? A Ação do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) através das Câmaras Setoriais e Temáticas da Agricultura entre 2002 e 2006 <i>Carlos E. Guanzioli, Marco B. Ortega e Carlos Américo Basco</i>
TD 214	Reputação e Transparência da Autoridade Monetária e Comportamento da Firma Bancária <i>Gabriel Caldas Montes</i>
TD 215	Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? <i>Hildete Pereira de Melo e Marta dos Reis Castilho</i>
TD 216	Metodologia de estimação do PIB trimestral utilizando procedimentos de cointegração e filtros de Kalman <i>Luis Fernando Cerqueira</i>
TD 217	An Approach for Testing Money Supply Exogeneity in Brazil Mixing Kalman Filter and Cointegration Procedures <i>Luis Fernando Cerqueira</i>
TD 218	Avaliação do Impacto da Alfabetização de Adultos sobre o Desenvolvimento Humano: Uma análise com dados secundários <i>João Pedro Azevedo, Gabriel Ulyssea, Rosane Mendonça e Samuel Franco</i>
TD 219	Impacto da Discriminação e segmentação do mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil <i>Ricardo Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 220	A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro na última década <i>Ricardo Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 221	Efeitos da saúde na idade de entrada à escola <i>Danielle Carusi Machado</i>
TD 222	O papel do instituto da patente no desempenho da indústria farmacêutica <i>Samuel de Abreu Pessôa, Claudio Monteiro Considera e Mário Ramos Ribeiro</i>
TD 223	Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro <i>Larissa Santos e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 224	Confusões em torno da noção de público: o caso da educação superior (provida por quem, para quem?) <i>Ricardo Barros et al.</i>
TD 225	Gastos públicos: investimentos em infra-estrutura no período pós-privatização <i>Artur Faria dos Reis</i>
TD 226	Legislação trabalhista agrícola e pobreza no Brasil: uma abordagem de custos de transação <i>Gervásio Castro de Rezende e Ana Cecília Kreter</i>
TD 227	Estimation of Brazilian Quartely GDP with cointegration methods and benchmarking processes by state space model <i>Luis Fernando Cerqueira</i>

TD 228	Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005 - uma sinopse <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 229	Moeda, Inércia, Conflito, o Fisco e a Inflação: Teoria e Retórica dos Economistas da PUC-RJ <i>Carlos Pinkusfeld Bastos e Mario Rubens de Mello Neto</i>
TD 230	Economia Popular, Desenvolvimento Local e Cooperação: o caso da ENDA Brasil. <i>Hildete Pereira de Melo e Sônia Maria de Carvalho</i>
TD 231	A economia informal metropolitana: um estudo baseado na ECINF/IBGE. <i>Hildete Pereira de Melo e Leonardo Siqueira Vasconcelos</i>
TD 232	A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC <i>Ana Claudia Caputo e Hildete Pereira de Melo</i>

